

MODOS DE PROTESTAR, MOTIVAÇÕES PARA REIVINDICAR - QUESTÕES DE BIOPOLÍTICA EM FACE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

PROTEST MODES, REASONS TO CLAIM - BIOPOLITIC ISSUES IN FACE OF SOCIAL
MOVEMENTS IN BRAZIL

Wellington Amâncio da Silva¹

SILVA, W. A. da. Modos de protestar, motivações para reivindicar - questões de biopolítica em face dos movimentos sociais no brasil. **Akrópolis**, Umuarama, v. 22, n. 2, p. 187-196, jul./dez. 2014.

RESUMO: Este artigo visa analisar alguns limites entre autonomia e controle biossocial nas práticas pessoais e coletivas na perspectiva dos protestos no Brasil. Pretende ainda investigar as motivações, estratégias e ações de alguns movimentos sociais observando de que modo são influenciadas, e ainda, quais tematicamente se afirmam como busca por reconhecimento (Honneth, 2010). Considera ainda as tipificações cênicas presentes nas manifestações enquanto ações socioculturais em face de seus propósitos de diátribe. Questiona se os protestos afirmam sua condição de campo de luta contra-hegemônica efetiva como instrumental de poder popular (Giroux e McLaren, 1995, 1999, 2001, 2009; Foucault, 2004, 2008, 2009, 2010). A partir dos pressupostos metodológicos da teoria crítica, resultados de pesquisa de natureza conceitual apresentados, deram-se, sobretudo, como resultantes de leituras e pesquisa referencial a textos relacionados e à observação de observação em algumas mídias audiovisuais.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetivação; Movimentos Sociais; Michel Foucault.

Abstract: This paper aims to analyze some boundaries between autonomy and control in bio-social practices in personal and collective practices in the perspective of protests in Brazil. It also aims to investigate the motivations, strategies and actions of a few social movements, observing how they are influenced, and also, what themes are affirmed as seeking recognition (Honneth, 2010). It further considers the scenic typifications present in demonstrations such as socio-cultural actions against its diatribe purposes. It questions whether the protests state their condition of a field of effective counter-hegemonic struggle as pivotal for popular power (Giroux and McLaren, 1995, 1999, 2001, 2009; Foucault, 2004, 2008, 2009, 2010). From the methodological assumptions of critical theory, the conceptual research results presented took place most of all as resulting from readings and reference research to related texts and the observation of some audiovisual media.

Keywords: Subjectivity; Social Movements; Michel Foucault.

¹Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – UNEB/PPGEcoH. Vinculado ao grupo de pesquisa “Ecologia Humana” - CNPq. welliamancio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Para fazer algum tipo de manifestação pública, no Brasil, deve-se enfrentar a *burocratização das ações de reivindicação públicas*, por exemplo, deve-se enviar um documento (o chamado aviso prévio) as autoridades² competentes que terá conhecimento de todo o processo e dos seus motivos, (exceto daqueles processos não democráticos de grupos minoritários de poder e apartidários). Isso significa que os agenciadores do Estado monitorarão cada passo, bem como têm interesse especial nos possíveis sujeitos lideranças, em meio ao grupo de indivíduos liderados. Talvez o perfil “ideológico” das lideranças se resuma primeiro a uma repulsa ao “discurso fácil de autoflagelação, próprio daqueles que querem desconstruir o nosso país. e nossas conquistas ou ainda daqueles que são usados e repetem esses discursos” (LEITE, 2013b, p.1) e por fim reconheçam e valorizem tais conquistas democráticas.

Um fato persistente é que grupos de indivíduos produtores, não tendo acesso à parte “justa” que lhes cabe do saldo do Capital - necessário à manutenção de si e mesmo à ampliação das suas experiências sensoriais de prazer -, se utilizam de métodos arcaicos de reivindicação simbólica.

Despertam para a revolta temática³ instituída, organizada como forma motivadora de protesto, cujo cerne das reivindicações está geralmente pautado em temas direcionados pelos mesmos grupos aos quais as protestações são direcionadas, isto é, aos que gerem o poder. O cerne das reivindicações alude, de forma direta ou secundariamente relacionada, às necessidades elaboradas pelo capitalismo consumista. Ações de reivindicação são sempre uma forma de pedido aborrecido de participação no *status quo*; na maioria das vezes, sua configuração não lhe permite sair de uma falácia pouco convincente de jogos simbólicos.

BIOPOLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

Do ponto de vista do poder, isto é, do lu-

²MILGRAN, Stanley. *Obediência à Autoridade*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1983.

³Entendemos revolta temática aquela cuja direção é orientada por temas comuns ao grupo, cuja afirmação se dá por palavras de ordens e reivindicações, de certa forma, iguais entre si, quanto a sua finalidade.

gar em que ele se coloca para julgar, em resposta aos protestos reivindicatórios, perguntamos: como seria possível, por parte dos grupos que agora o “detém”, anular o perfil de sujeito revolucionário da maioria dos indivíduos que compõem uma população, sem se utilizar das tecnologias da coerção não simbólicas, e assim dispendiosas, que “reduzem o valor do saldo” do Estado ao mobilizarem forças contra o protesto? Ora, a coerção do Estado, por exemplo, efetivada por meio da política e da tropa de choque, tendo a violência como resposta, tem sua razão de ser: as reprimendas e os discursos escandalizados veiculados por meio da mídia contra os protestos, não são uma resposta à altura dos protestos – o Estado sempre responde desproporcionalmente – todas essas resposta são em si uma forma muito elaborada de engodo que tem a pretensão de “devolução de sentidos” aos indivíduos dos protestos reivindicatórios, isto é, pretende-se inculcar na maioria dos indivíduos que seus manifestos são tanto seríssimos quanto ameaçadores e que o Estado se mostra atônito. Também há outros modos coercitivos mais conhecidos. Por exemplo, em uma entrevista, o docente da UNEB, Gildeci Leite (2013) afirma que,

Fazer ou tentar fazer com que ouvintes, leitores, telespectadores e fãs tenham vergonha de serem de determinado campo do pensamento libertário e democrático é um eficiente patrulhamento ideológico. (LEITE, 2013b, p. 1).

Sob os aspectos revolucionários, talvez abandonados na Modernidade (da estruturação de classes em Marx?), parece que a maioria dos movimentos usam com regra geral, aquela sentença, talvez de todo não compreendida, onde afirma-se que os “homens (sic) fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas” (HALL, 2006, p. 34), “porque nós não podemos imaginar que podemos libertar-nos sempre de todas as convenções, ou que possamos eliminar todos os preconceitos” (MOSCOVICI, 2003, p. 35). Paráfrase a afirmação que promoveu um despertar teórico de Marx (Estudos Marxianos), quando diz que:

Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas

estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. [...] justamente quando parecem empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto [...] eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestado os seus nomes, as suas palavras de ordem. (MARX, 2012, p. 25-26).

Schutz (2012), ao descrever os processos de “interpretação social e orientação individual” (p.91), questiona “o mundo social como algo dado”, que deve ser mantido e/ou melhorado, ao

Tomar o mundo como algo acima de qualquer questionamento implica o pressuposto bastante enraizado de que esse mundo continua a ser, essencialmente, o mesmo que era antes; aquilo que se provou válido até o momento o contribuirá sendo, e que qualquer coisa que [se] pode realizar com sucesso só pode ser feita da mesma maneira que outra (SCHUTZ, 2012, p.92).

Logo, Moscovici (2003), no campo das significações e representações padrões da vida cotidiana, concorda com esse ponto de vista quando defende que

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagens ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. (MOSCOVICI, 2003, p. 35).

O contexto de poder, altamente impessoal, porém gerido por pessoas sujeitas a esse poder, ao trabalhar nos âmbitos das emoções, no jogo de “ir até isca”, determina a atividade e não a passividade aos indivíduos; os agentes deste contexto de poder escolhem “investir na passividade dos instrumentos de manipulação e inculcação” - de forma que seus dispositivos evoluam e se mantenha “na dimensão do indivíduo” a partir da sua subjetividade - visto que sua logística tem como prioridade a economia de energia e gastos de soldos (um velho *insight* capitalista aqui aplicado à população), destarte, são justamente os indivíduos que “tutelarão” o sistema, investindo suas energias na manuten-

ção daquilo que [não] é seu, através do autopolicimento e do policiamento do outro. São esses alguns “*componentes de subjetivação* trabalhando, cada um deles, mais ou menos por conta própria” (GUATTARI, 2004, p.17); desse modo, a permissão e legalidade de protestos quer nos falar da amplitude de controle, por parte do Estado, sobre os mesmos protestos, suas temáticas e seu desenrolar efetivado por parte dos indivíduos que, conforme as regras de legalidade instituídas, se encontram resolvidas, em grande medida, as questões de comportamento de risco.

E quando se observa até onde ia o comportamento de risco, é sob a “premissa de liberdade” da maioria dos indivíduos que protestavam, na perspectiva de direitos e deveres adquiridos dentro das regras “específicas”, sempre o faz a partir de “um tipo de liberdade controlado que encorajava ou exigia que os indivíduos comparassem o que eles fizeram, o que conquistam” (ROSE & MILLER, 2012, p. 19), “liberdade ao mesmo tempo ideológica e técnica [...] deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder (FOUCAULT, 2009, p. 63)”. Destarte, até o presente momento, condições de engajamento e protesto estão condicionadas as regras da Democracia como algo indissociável, ao que Honneth (2003) chamou de experiência do respeito como fonte emotiva e cognitiva de resistência social (2003, p.227), que por sua vez são orientadas por algum paradigma moral.

Os processos de democratização ocorreram e ocorre pelo desempenho dos movimentos sociais, posto que a própria redefinição da democracia emergiu de tal luta (GOHN, 2003, p. 18). Todavia, é pela elaboração de novas condições, e ainda, a crítica da subjetividade dos indivíduos é que se poderá traçar um novo caminho das emancipações e dos movimentos sociais por meio dos movimentos sociais.

SUBJETIVAÇÕES NAS REIVINDICAÇÕES SIMBÓLICAS

Os métodos de reivindicação simbólica são geralmente cênicos caricaturais, agregando aspectos de entretenimento aos protestos, “onde, grupos de culturas dominantes e subordinados negociam em termos simbólicos”. (GIROUX, *In* MCLAREN, 1995, p 30.), por causa disso, numa perspectiva de “controle” dessas

reivindicações.

Diálogo e acordo se davam para chegar ao consenso, [...] de reduzir a intensidade do conflito, para evitar qualquer explosão e ruptura - interesse, generalidade, diálogo, acordo, participação [...] para restaurar por todos os meios uma hegemonia ameaçada. (GAU-DIBERT, 1972, p. 13-14).

Os mais tradicionais são os de matriz circense em que se fazem presentes narizes de palhaço, bambolês, tochas, objetos de equilibristas, cartolas e outros acessórios ou indumentários típicos; e ainda as afirmações “hippiessocialistas” (pós-Hoodstock), tais como protestos⁴ nus ou seios de fora, corrente humana, pomba da paz, mensagens de disparates, palavras de ordem, caricaturagem de lideranças indesejáveis, símbolos diversos e, no calor dioníaco da festa, gestos insultivos; ou desenhos sombrios que se conectam ao espírito revoltado dos artistas ali presentes; temos ainda cartazes, faixas, banners e outras formas de expressões discursivas, como também música, dança, recital de poesia, falácias com certa retóricas ao microfone, entre muitos outros típicos das “manifestações de tablado”. *O propósito de um espetáculo dramático é, na verdade, transforma, através de mimese, a realidade na representação, a fim de torná-la suportável de assistir* (CALAME, 1986, p.141).

Há ainda outros mais pós-modernos como amarrar-se com fita adesiva, vestir-se de super-heróis ou imitar as pinturas de Pollock sobre muros e paredes; esse fato, da manifestação cênica, é tão verdadeiro que suas reuniões acaloradas são precedidas (de “ensaios”) de choros, de gargalhadas, de expressões de fúria e de tristezas, entre outras “caras e bocas”, isso como uma imitação caricatural do teatro grego do Século V a.C. Com efeito, a suspeita é que tudo isso se resuma a uma criatividade que tome a forma dissipadora da raiva e da indignação, diante de alguma injustiça - muitas vezes estrategicamente desvelada, por parte dos grupos de “poder”.

No âmbito da formalidade desses processos, temos outros dispositivos de controle que podem ser observados como resultantes da “burocratização das ações de reivindicação públicas”, a saber: cartas de oposição, abaixo assinados, declarações de acusação e intenção, petições de grupos ou massas, declarações

⁴A partir daqui, em alguns parágrafos, faz-se uma crítica à configuração do modelo (estereotipado) de protesto de reivindicação.

por parte de organizações e de instituições, todos eles clamando à iniciativa e ao veredicto do Estado para as transformações daquilo que reivindicam *mudança*, a saber, às demandas negativas. Em outros termos, é errado afirmar que protestos promovem mudanças; eles, ao menos, clamam à promoção de mudanças, por mãos secundárias. O que dificilmente hoje se poderia associar ao *Satyagraha* de Gandhi que, enquanto desobediência civil, se caracterizou pelo fim da adesão ao colúio econômico do Estado Inglês. Seu marco foi “insistir na verdade” - antônimo à “verdade” do Estado - quando desagregou-se, *como peça essencial*, da máquina econômica capitalista. Mas a perspectiva de uma abordagem puramente econômica das motivações dos movimentos sociais e “totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos” (LACLAU, 1986, p. 46).

Ora, os simulacros da Democracia, em modelos de acesso ao poder e à liberdade, são uma forma de respeito e “tolerância” às ações reivindicatórias dos movimentos em questão, são oferecidos como fator *conditio per quam* do controle da subjetividade que envolve um aparato técnico estadístico e, sobretudo econômico, ao qual Foucault (2004, 2008, 2009, 2010) denominou de governamentalidade, presentes também aí.

O aparato aplicado à maioria dos indivíduos, que por sua vez, segundo Jean Baudrillard (1985, p.13), faz pensar que sua “existência não é mais social, mas estatística” pela aparentemente exata e certa mensuração dos supostos comportamentos de risco. O que mobiliza a maioria dos indivíduos? As experiências sensoriais de prazer? As tecnologias da conformação? O Consolo e recompensa? Já em 1967 Guy Debord em seu livro *La société du spectacle* nos dá uma senha sobre esse tipo de revolta espetacular

A aceitação pacífica do que existe pode-se somar a revolta puramente espetacular: isso traduz o simples fato de que a própria insatisfação se tornou uma mercadoria desde que a abundância econômica [simulada ou não] se viu com condição de estender sua produção ao tratamento de semelhante matéria-prima. (*apud*. In MATTELART, p. 95, 2002).

Portanto, quanto maior seu brado de repulsa ou de não-concordância com relação ao que reivindicam, mas próximos estão afetiva-

mente do mundo contra o qual protestam e do qual, devido a certas circunstâncias, foram ou se reconhecem como afastados.

A tudo isso alguém pode me perguntar: mas não tem dado certo? Com certeza! Essas manifestações têm suas “conquistas” - todas elas estão pautadas em dois pressupostos: o Estado somente concede algumas “vitórias” porque estas podem já estarem em pauta de acontecer, são um engodo? São, por assim dizer, a “recompensa” pelos protestos de reivindicação (aqui, talvez um pequeno espaço de convencimento da maioria dos indivíduos do seu poder coletivo), ou seja, estas “conquistas” funcionam mais como um “sistema de reforços” para que o público acredite mais nesta forma de protesto do que no resultado da sua emancipação, por exemplo, não foi o público que tirou Collor do “poder” por meio do *Impeachment*; ele não era mais viável aos interesses do Estado e do Capital; se fosse, talvez ficasse mais um tempo, sustentado pelas inverdades ao seu favor, por meio da mídia, por exemplo.

O sistema de reforço dos métodos de ação de reivindicação simbólica simula um exercício de liberdade democrática, um direito concedido, são uma das liturgias da ordem social e não da desordem social. Uma linha de pesquisa social, engajada pela “esquerda”, gosta de afirmar que esses Movimentos Reivindicatórios são necessários porque sem elas certamente haveria um maior arrocho da parte dos mandatários do Estado porque a não participação da maioria dos indivíduos nestas manifestações definiriam, através de algumas estatísticas, o grau de bem-estar conformista de grande parcela da sociedade. Perguntamos: que seríamos sem os Movimentos Reivindicatórios? Ora, não é um absurdo afirmar que a intensidade do ímpeto presente em cada uma das ações de reivindicação simbólica represente já uma vontade de manutenção das “necessidades básicas” pós-modernas.

Esses métodos de ação reivindicatória, porém, foram “controlados” em sua primeira, contudo aparente, forma revolucionária⁵, por meio das novas tecnologias, isto é, dos dispositivos de burocratização das ações públicas, com os *Mass Media*⁶ da década de oitenta, aperfeiço-

ados traiçoeiramente até aqui, transformada atualmente no “quanto poder na sociedade, [onde] abriu novas frentes e expandiu-se, tornou-se mais complexa, alterou o conceito de tempo e espaço” (GOHN, 2011b, p. 18); da construção do hiperreal de realidades ideais como simulacros; da Gestalt e do Behaviorismo levantamento estatístico sobre a maioria dos indivíduos por meio de seus comportamentos em face de situações diversas, por meio de sua autonomia assistida, e por fim, “compreendendo-se o potencial deles mediante sua própria livre escolha, ou ameaças potenciais a serem analisados segundo a lógica do risco e da segurança” (ROSE & MILLER, 2012, p. 17).

Como haviam dito Guattari & Rolnik (2005), acerca da tomada de poder da subjetividade, quando se observava até onde ia o comportamento de risco, sob a “premissa de liberdade” dos indivíduos que protestavam, na perspectiva de direitos e deveres adquiridos dentro das regras “específicas”, sempre o faziam a partir de “tecnologias da conformação” “um tipo de liberdade controlado que encorajava ou exigia que os indivíduos comparassem o que eles fizeram, o que conquistam” (ROSE & MILLER, 2012, p. 19).

As satisfações sociais pautadas em necessidades sociais primárias tradicionais se tornaram ontologicamente universais aos indivíduos sociais do Ocidente, porque, antes de tudo, foram reelaboradas para atender as exigências mínimas de civilidade e depois apreendidas por subjetivação.

A variedade de escolhas e a liberdade de fazê-las ou reivindicá-las simula autonomia e senso de emancipação e diminuição dos ânimos da diatribe. As formas contrárias, isto é, os limites às realizações dessas liberdades democráticas, opacidade das possíveis evidências de liberdades de fato. A convicção de autonomia é construída nas experiências de escolha diante de um repertório dado de alternativas. A ausência de uma criatividade mais elaborada, não permite transcender às alternativas instituídas socialmente.

As necessidades primárias socialmente estabelecidas são adotadas por conveniência e consenso. Elas foram emolduradas em sua forma última e atual como resultado dos projetos

⁵A forma do susto, causando aos capitalistas nacionalistas europeus (fascismos) um tremor lúgubre e ao mesmo tempo uma reação genocida. A forma de susto foi à onda comunista a partir do marxismo, até o século passado.

⁶Segundo Jean Cloutier, Os Mass Media são sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação. Estes sistemas

são geridos, por empresas especializadas na comunicação de massas e exploradas nos regimes concorrenciais, monopolísticas ou mistos. As empresas podem ser privadas, públicas ou estatais.

do Capital, a partir dos antagonismos paradigmáticos do Socialismo verso Capitalismo.

A LEGALIDADE DOS MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS

Os parâmetros de legalidade, ao que pode ser legítimo e ilegítimo, estão associados de maneira permanente ao legitimador (fora dele, apenas acontece sob sua gestão). Tal legislador edificou seus atributos sobre o *simulacro de poder* para exercer algum poder. Mesmo assim, esses parâmetros se distanciam de uma plataforma ético-moral (se é que exista uma em validade), quando “são problemáticos” mesmo para o pensamento mais conservador (BOBBIO, 2004, p.50), ou em Kant que associava a moral a “intangibilidade das estrelas”, em sua “beleza”.

À perspectiva crítica da Modernidade, faz-se pensar no “poder em termos de restrições que dominam, negam e reprimem a subjetividade”, mas é justamente o seu contrário, isto é, enquanto “criação, modelagem e utilização dos seres humanos como sujeitos” livres (cf. ROSE, 2011, p.211), que estabelece ilusões de autonomia de poder e, conseqüentemente, de legalidade.

Portanto, o cerne da questão dos movimentos reivindicatórios é o poder, que segundo Foucault, deveria “ser analisado como algo que circula e que funciona em cadeia, que se exerce em rede” e não está “nas mãos de alguns” e “nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem”; por causa disso, “os indivíduos estão sempre em posição de exercer esse poder.” (FOUCAULT, 2010b, p. 183).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo em vista dos fatores consuetudinários problemáticos da vida, a legalidade em seus parâmetros é decisão arriscada quando posta à universalização. As idiosincrasias destes parâmetros estão interligadas de forma muito dependente sob as questões de lucro financeiro do Capital. Em face desta Nova Ordem Mundial legalidade, os aspectos da legitimação partem determinantemente do ponto de vista daquele que “detém” o poder de legitimá-los, mas anterior a este, é o próprio poder, que em si mesmo, é a Legitimação, dada àquele que o acessa e se mantém apenas enquanto um grupo mantém-se. Assim, o poder é algo susceptível de acesso por parte dos indivíduos que por diversos meios

podem alcançá-lo e, tal poder se caracteriza pela permanência daqueles que o acessam.

Não podem existir legítimo e ilegítimo, para além das representações, não há verdade apodítica aí: a construção da legitimidade, dentro dos contextos da vida e dos discursos, objetiva fazer a constante manutenção da ordem do mundo (cosmos), em síntese, perfazer a constante sustentação da cultura humana com seus valores que são o esteio da condição deste grupo legitimador “deter” os aparatos, mecanismos e dispositivos da legalidade. A legitimidade é volátil e se transmuta no âmbito dos conflitos no campo dos significados da realidade tangível do político-social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ARENDT, H. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997-2010a.

_____. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010b.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BAUDRILLARD, J. **À sombra da maioria silenciosa**. São Paulo: Brasilienses, 1985.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009b.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, P. e J-C. **A reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes: 2009a.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

CALAME, C. Facing Otherness: the tragic mask in ancient Greece. **History of Religions**, The University of Chicago Press The University of Chicago Press, v. 26, n. 2, 1986.

- CHANTRAINE, P. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque**. Paris: Klincksieck, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOMSKY, N. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.
- CLOUTIER, J. **A era de EMEREC**, Ministério da Educação e Investigação Científica - Instituto de tecnologia Educativa, 1975. Disponível em: <<http://www.univ-ab.pt/~bidarra/hyperscapes/video-grafias-266.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2011.
- CRITELLI, D. M. **Análítica do sentido**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense 2007.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: _____. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DELEUZE, G. **Empirismo e subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DELEUZE, G. **Espinosa, filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2004.
- DELEUZE, G. **La philosophie critique de Kant**. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: M. Fontes, 2009.
- _____. **Meditações sobre filosofia primeira**. Campinas: Cemodacom/Unicamp, 2004.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DUARTE, R. **Adorno, Horkheimer & a dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ENGELS, F. **Dialética da natureza**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- EAGLETON, T. **Idelogia**. 2. ed. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997.
- ESTANQUE, E. **A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios**: do despotismo local à mobilização global. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/despotismo.html>>. Acesso em: 06 jun. 2011.
- EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-modernista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FABER, D. **The political ecology of global capitalism**. Disponível em: <http://viewer.zoho.com/api/urlview.do?url=http://www.socant.neu.edu/faculty/faber/documents/SOC_G230_Syllabi.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2011.
- FERNÁNDEZ-ARMERSTO, F. **Os desbravadores**: uma história mundial da exploração da terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: M. Fontes, 2009.
- _____. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. **Microfísica do poder**. 28. ed. São Paulo: Graal, 2010.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: M. Fontes, 2004.
- _____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: M. Fontes, 2008.
- _____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- FROMKIN, D. **O último verão europeu**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GAUDIBERT, Pierre. **Action culturelle – integration et/ou subversion**. 2. ed. Paris: Casterman, 1972.
- GIROUX, H. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**. Porto Alegre: Artmed,

1999.

_____. **Public spaces, private lives:** beyond the culture of cynism. England: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

_____. Radical pedagogy as cultural politics: beyond the discourse of critique and anti-utopianism In: MCLAREN, Peter. **Critical pedagogy and predatory.** Culture: oppositional politics in a postmodern era. London, Routledge: 1995.

_____. Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011a.

_____. **Educação não formal e cultura política.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** 15. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUSMÃO, N. M. M. de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, n. 107, jul. 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 2006.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, ed. 34, 2003.

HUBER, J. **Environmental sociology in search of profile.** Bremen: German Society of Sociology, 2001. Disponível em: <<http://www.sociologie.uni-halle.de/huber/docs/environmentalsociology02>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IANNI, Octavio. **Enigma da modernidade-mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Teorias da globalização.** 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

JAPIASSÚ, H. **Como nasceu a ciência moderna.** São Paulo: Imago, 2007.

JESUS, J. G. de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e Saber Social**, v. 1, n. 2, p. 163-186, 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4897/3620>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

LACLAU, E. (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, p. 41-47.

LEITE, G. O MPL, outros manifestantes, os abutres e o povo. **Jornal A Tarde.** Disponível em: <<http://www.uneb.br/files/2013/07/AT-04gildecileite.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013a.

LEITE, G. **O MPL, outros manifestantes, os abutres e o povo” (Gildecil Leite).** Disponível em: <<http://www.uneb.br/2013/07/11/artigo-o-mpl-outros-manifestantes-os-abutres-e-o-povo-gildecil-leite/>>. Acesso em: 12 jun. 2013b.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio.** São Paulo: Malone, 2006.

_____. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008.

MACHADO, J. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n.18, jul./dez. 2007.

MALFATTI, S. A. Os movimentos sociais em Alain Touraine **Revista Estudos Filosóficos**, n. 6, 2011. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

MARQUES, C. J. O autoritarismo não pode prevalecer. **Revista Isto é**. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/assuntos/editorial/detalhe/307055_O+AUTORITARISMO+NAO+PODE+PREVALECER>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MILGRAN, S. **Obediência à autoridade**. Rio de Janeiro: F. Alvez, 1983.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **A comunicação-mundo**. Lisboa: Instituto Piaget: [19--].

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova**, v. 38, p. 49-66, 1989.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Governando o presente**. São Paulo: Paulus, 2012.

SCHUTZ, A. On multiple realities. *International*

Phenomenological Society. Philosophy and Phenomenological Research, v. 5, n. 4, p. 533-576, jun. 1945.

_____. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCANLON, T. M. **The difficulty of tolerance**: essays in political philosophy. Cambridge University Press, UK, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais, **Sociedade e Estado**, Brasília. v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006/2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

SILVA, T. T. **Liberdades reguladas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

UNESCO. **Genèse de la Tolérance**: de platon à Benjamin Constant. Paris: 2001

_____. **La tolérance, porte ouverte sur la paix**: manuel éducatif à l'usage des communautés et des écoles. Paris, 1994.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

WALLERSTEIN, I. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WELLS, H. G. **História universal**. 9. ed. São Paulo: EDIGRAF, 1972.

FORMAS DE PROTESTA, MOTIVACIONES PARA REIVINDICAR – CUESTIONES DE BIOPOLÍTICA EN VIRTUD DE MOVIMIENTOS SOCIALES EN BRASIL

RESUMEN: Este artículo busca analizar algunos límites entre autonomía y control biosocial en las prácticas personales y colectivas en la perspectiva de las protestas en Brasil. Aún se pretende investigar las motivaciones, estrategias y acciones de algunos movimientos sociales, observando de qué forma son influenciadas, y aún, cuales temáticamente se afirman como búsqueda por reconocimiento (Honneth, 2010). Aún se considera las tipificaciones escénicas presentes en las manifestaciones como acciones sociocultu-

rales en virtud de sus propósitos de diatriba. Cuestiona si las protestas afirman su condición de campo de lucha contra hegemónica efectiva, como instrumental de poder popular (Giroux y McLaren, 1995, 1999, 2001, 2009; Foucault, 2004, 2008, 2009, 2010). A partir de los supuestos metodológicos de la teoría crítica, resultados de investigaciones de naturaleza conceptual presentados, se dieron, especialmente, como resultantes de lecturas y pesquisa referencial a textos relacionados y observaciones en algunos medios de comunicación audiovisuales.

PALABRAS CLAVE: Subjetivación; Movimientos Sociales; Michel Foucault.